

PRESSUPOSIÇÃO E DERIVAÇÃO

(UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONCEITO EXISTENCIAL DE CIÊNCIA)

Róbson Ramos dos Reis*

SÍNTESE – Neste artigo o autor aplica a interpretação social-institucional da constituição ontológica na análise do conceito de *pressuposição*, que aparece na afirmação de que todo encontro com entes *pressupõe* uma compreensão de ser. A tese é examinada no contexto da gênese ontológica do comportamento científico, apresentada por Heidegger em *Ser e Tempo*. A *pressuposição* da compreensão de ser que torna possível os atos básicos instituidores do comportamento científico tem o sentido da projeção de si mesmo como capaz de desempenhar um papel social-recognitivo específico: o de reagir aos objetos com asserções e com práticas inferenciais e justificacionais.

PALAVRAS-CHAVE – Heidegger. *Pressuposição*. Ciência. *Asserção*.

ABSTRACT – In this paper the author applies the social-institutional interpretation of ontological constitution for the analysis of the concept of *presupposition*, which is present in the statement that every encounter with beings *presupposes* a understanding of Being. The thesis is examined within the context of ontological genesis of scientific comportment, that is presented by Heidegger in *Being and Time*. The *presupposition* of understanding of Being, which makes possible the basic founding acts of scientific comportment, means a projecting of oneself as able to play a specific social-recognitive role: to respond by assertions and with inferential and justificatory performances in face of the objects.

KEY WORDS – Heidegger. *Presupposition*. Science. *Assertion*.

1 Considerações iniciais

Na ontologia fundamental de *Ser e Tempo*¹ a noção de *pressuposição* representa o ponto nuclear na formulação do problema do sentido do ser, na medida em que se toma como ponto de partida a afirmação de que todo e qualquer comportamento para com os entes *pressupõe* uma compreensão de ser. O interesse

* Professor na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e pesquisador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

¹ As seguintes abreviaturas serão utilizadas para a referência aos escritos de Heidegger: SZ – Sein und Zeit; GA 25 – *Phänomenologische Interpretation von Kants Kritik der reinen Vernunft*; GA 27 – *Einleitung in die Philosophie*. Este texto é uma versão corrigida da comunicação apresentada no VIII Encontro Nacional de Filosofia, promovido pela (Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), Caxambu-MG, em 29 de setembro de 1998.

básico deste trabalho é o de avançar na elucidação do programa ontológico, através do exame desta premissa central. Acredito que daqui será possível enfrentar os argumentos acerca do sentido ou sem sentido do problema do ser,² o que, no entanto, extrapola os limites deste trabalho.

Pretendo tematizar este conceito num contexto construtivo específico, a saber, quando Heidegger afirma que o comportamento teórico-científico é possível a partir de uma compreensão de ser modificada (ou derivada). Neste sentido, o tratamento oferecido por Heidegger à ciência e ao conhecimento tem sido objeto de análise recorrente na literatura, e não é necessário retomar pontos já suficientemente elucidados. Mesmo que as antigas críticas acerca de seu suposto anticientificismo e irracionalismo não encontrem sustentação documental,³ ainda assim o debate sobre a relação entre o programa da ontologia fundamental e as discussões de fundamento nas ciências encontra posições discordantes.⁴ Se é verdade que a interpretação existencialista de *Ser e Tempo*, a concentração nas posições sobre a ciência e a técnica do Heidegger tardio, e o interesse em aspectos biográficos acabaram por ofuscar a relação entre a problemática ontológica e a abordagem construtiva do fenômeno da ciência (Seigfried, 1978, p. 325), também é verdade que o desconhecimento dos escritos agora publicados na *Gesamtausgabe* impediu a retomada da discussão fora do âmbito dos estudos puramente reconstrutivos.⁵ Para os propósitos aqui visados lançarei mão de uma interpretação social-institucional do *Dasein* e da constituição ontológica. Entretanto, para atacar substancialmente o ponto é necessário uma recapitulação dos aspectos gerais da interpretação fenomenológica da ciência no período de *Ser e Tempo*. Limito-me a quatro notas sintéticas:

a) Heidegger projeta uma abordagem não canônica para a ciência, plasmada no assim chamado conceito existencial de ciência. Esta abordagem não toma a ciência em termos de seus resultados enunciativos, mas a concebe como um modo de ser da existência;

b) o procedimento metodológico desta abordagem é expresso em termos da *gênese ontológica* do comportamento científico, na qual não se trata da gênese empírica da ciência (tomada como objeto da história, da psicologia ou da sociologia), mas das derivações ontológicas que possibilitam a ciência como modo de ser do *Dasein*;

² Por exemplo, aqueles apresentados E. Tugendhat (1992).

³ Tal como foi mostrado nos trabalhos de Alderman (1973), Richardson (1968), Seigfried (1976 e 1976), Ballard (1970), Kisiel (1973a, 1973b e 1992), Bast (1986) e Gethmann (1991).

⁴ Apesar de que o debate nos anos 70 tenha oscilado entre posições moderadas e mais fortes, entre uma simples concepção de ciência e de técnica até a afirmação de que o inteiro programa de *Ser e Tempo* deveria ser visto como um tratado de filosofia da ciência (em sentido paroquial ou não, segundo Seigfried e Gethmann), ainda hoje não há clareza suficiente a respeito. É a falta de uma ta clarificação de base que torna possível o tipo de crítica recentemente apresentando por Punte (1997).

⁵ Um exemplo diferenciado está no trabalho de M. Okrent (1996).

c) a formulação da gênese ontológica da ciência procede como uma descrição das condições que permitem a modificação dos comportamentos dirigidos para metas em comportamentos voltados para a exibição dos objetos de um domínio, segundo aquilo que lhes é próprio e independentemente dos projetos humanos.

d) os procedimentos gerais apresentados nesta descrição são denominados de objetificação e tematização, e representam o patamar mais geral da gênese ontológica.⁶

2 Objetificação e tematização

Início, então, a partir deste último ponto. A gênese ontológica mostra que os atos fundamentais que possibilitaram a conversão do lidar operativo em comportamento teórico são a objetificação e a tematização.⁷ A objetificação (*Vergegenständlichung*) é o ato fundamental que consiste em fazer de um ente já acessível no operar instrumental algo contraposto, isto é, torná-lo algo posto expressamente diante do agente (*Gegenstand*). Obviamente que não se trata da existência do objeto, mas sim que o ente compareça como o polo para um “possível interrogar” (GA 25, p. 27). O que a objetificação efetivamente produz é a explícita compreensão de ser que permite o comportamento científico como tal. Ou seja, na medida em que o propósito do comportamento teórico consiste no descobrimento e na determinação de um domínio de entes, a objetificação é a efetivação expressa de uma projeção de ser em conformidade com tal propósito, a saber, a projeção do ente como um possível objeto portador de propriedades e relações, independentemente dos âmbitos práticos de interesses humanos. Esta realização explícita da compreensão de ser torna conceitualizável o ente que deve se tornar objeto, ou seja, a objetificação delimita domínios de objetos. A objetificação não apenas torna expressa a compreensão de ser, mas ela opera uma modificação relativamente à compreensão de ser que guia e conduz o comportamento operativo ordinário. Os entes não são mais projetados como casos de padrões comportamentais adequados a finalidades pragmáticas, mas compreendidos como pertencentes a domínios possíveis de objetos.

No entanto, somente a objetificação não é suficiente para a gênese ontológica do comportamento teórico. É preciso que sobre ela opere a tematização (*Thematisierung*). Pela tematização ocorre a projeção global que elabora a compreensão de ser, delimitando o domínio de investigação, e instituindo o marco conceitual básico da disciplina teórica em questão (SZ, p. 363). Através dela o ente é liberado de modo a poder ser contraposto a um puro descobrimento: ele torna-se objeto (*Objekt*). O momento temático responde, portanto, à investigação da constituição da região de objetos que opera como fundamento de uma determinada disciplina científica. O fato de que Heidegger se detenha repetidamente num exemplo clás-

⁶ As referências importantes para esta temática são: SZ § 69b, GA 25 § 2, *Phänomenologie und Theologie, e die Frage nach dem Ding*.

⁷ Em *Ser e Tempo* não encontramos estas duas primeiras expressões – objetificação (*Vergegenständlichung*) e ato fundamental (*Grundakt*) – que aparecem, entretanto, na exposição sintética da gênese ontológica da ciência no volume 25 da *Gesamtausgabe* (§ 2). Aqui Heidegger reconhece que podem ocorrer diferentes possibilidades de objetificações, mas restringe-se a uma análise geral.

sico – a física matemática moderna – parece indicar precisamente que a tematização procede em modos particulares de acordo com o domínio científico em questão, não possibilitando nenhuma abordagem geral (Gethmann, 1991, p. 198).⁸

A conclusão da gênese ontológica esboçada no período de *Ser e Tempo* apontará dois resultados gerais: (a) A ciência como modo de existir repousa na projeção autêntica da existência. Isto se segue, inicialmente, da exigência de sistematicidade imposta pela doutrina ontológico-existencial da ação e da compreensão, segundo a qual a identidade de um objeto ou performance está dada pela inserção em contextos tipificados de práticas recognitivas, as quais, por sua vez, atrelam-se a projeções de possibilidades existenciais (a afirmação de que toda projeção de ser dos entes intramundanos é projeção do próprio ser do *Dasein*). Mas este resultado advém sobretudo da tese de que somente projetando-se em função do descobrimento e desvelamento (residentes na estrutura última do *Dasein*) é possível discriminar as práticas recognitivas que conferem identidade ontológica a entes subsistentes, isto é, entes “insulados” dos propósitos práticos ordinários, em relação aos quais o comportamento apropriado consiste no jogo enunciativo de descrição e justificação. (b) A tematização científica repousa, em última instância, na compreensão de ser, isto é, no caráter transcendente do *Dasein*. Tematizar significa articular e elaborar os conceitos fundamentais que abrem um domínio de objetos para a descrição teórica. Se a tematização envolve uma conversão do lidar operativo com entes instrumentais, e se também este comportamento é possibilitado pela transcendência do *Dasein* em relação às práticas e objetos do domínio instrumental (no sentido de que é possibilitada pela compreensão do ser destes entes), então toda ocupação com entes, seja prática ou teórica, está amparada na condição de transcendência do *Dasein*, isto é, no *factum* da compreensão de ser.

3 Ocupação e compreensão de ser

O ponto de interesse é a análise do significado da pressuposição e da modificação da compreensão de ser que possibilita o comportamento teórico-cognitivo. Para Heidegger, todo e qualquer comportamento com entes é primitivamente classificatório, isto é, encontra entes como entes determinados. A relação apropriativa com algo é sempre com algo enquanto algo (a relação pura e simples com entes, sem a qualificação em aspectos, é possível como um caso extremo de derivação privativa). Neste caso, a tese forte consiste em afirmar que um tal tipo de apropriação comportamental de *algo como algo* somente é possível porque se dá a compreensão de ser deste ente. Em se tratando do comportamento científico, o que pode significar a pressuposição da compreensão de ser e a sua necessária modificação?

⁸ O seu exame está concentrado no exemplo clássico: a projeção da natureza no surgimento da física-matemática moderna. A reconstrução da tematização constitutiva do surgimento do comportamento científico representaria um programa possível de investigações, que deveria ser perseguido em detalhe para cada disciplina científica. De outro lado, uma tarefa crítica parece residir aqui, pois tanto objetificação, quanto tematização ocorrem de modo não necessariamente expresso e adequado. Ou melhor, na medida em que uma projeção está envolvida, a sua efetiva realização pode ocorrer segundo graus diferenciados de adequação. A investigação temática da construção do componente *a priori* das ciências é tarefa da pesquisa filosófica de fundamentos, e a ela cabe, conseqüentemente, um componente crítico-hermenêutico (Seigfried, 1978, p. 259-260).

O ponto de partida natural da resposta é o exame da pressuposição de compreensão de ser no modo considerado eminente de relacionamento com entes, a saber, as ocupações práticas junto à parafernália de objetos instrumentais. Examinando alguns traços formais da categoria da disponibilidade (*Zuhandenheit*) será possível indicar elementos da noção de pressuposição. Para isto, vou me valer integralmente da interpretação social-institucional do *status normativo* do ente disponível (o instrumento), que pode ser esboçada sinteticamente em três aspectos:⁹

a) A identidade do instrumento, a significatividade ou remissão instrumental a uma finalidade, é determinada pela ação específica que é adequada para a ocupação com tal objeto. Entes desta categoria serão determinados como remetidos e conformes a certas funções, na medida em que com eles são praticadas ações adequadas de uso e produção. O critério de individuação, portanto, está posto na ação apropriada para lidar com tais 'objetos'.

b) Tais atividades pertencem a padrões de ação, isto é, a classes cuja identificação em termos de adequação ou inadequação está determinada por um tipo ulterior de ações. Ou seja, as ações que identificam instrumentos são instituídas por padrões reativos de ação. A reconhecimento social de uma classe de ações como apropriada para lidar com um instrumento é, por sua vez, um tipo, um padrão de ações. O que determina se uma instância de ação com um instrumento é adequada para a ocupação é uma outra instância de ação, com a qual uma comunidade humana reage perante a ação original. Tais padrões são reativo-recognitivos, isto é, representam reações em face de ações, mas reações que instituem tal ação como pertinente a uma classe, adequada ou não, de performance com um instrumento.

c) A identidade singular do objeto instrumental, os padrões de ação que portam o critério identificador, bem como os padrões de ações reativo-recognitivas, todos estes elementos estão submetidos a condições de sistematicidade. Um instrumento só é como tal, na medida em que está remetido a outro instrumento e a determinadas práticas funcionais. São estas que dão identidade a tal remissão. Porém, tais práticas estão identificadas por padrões de ação recognitiva, os quais demandam, por seu turno, seus próprios padrões de reconhecimento. Estas totalidades de remissão perfazem padrões de ação orientadas a metas, as quais se vinculam a modos de existir humanos, isto é, a possibilidades do *Dasein*.¹⁰

Com vistas à clarificação da noção de *pressuposição*, tal como se depreende da afirmação de que qualquer comportamento para com entes envolve uma compreensão do ser deste ente, uma tal descrição da estrutura da disponibilidade permite ressaltar, então, os seguintes elementos:

a) aqui não se trata da pressuposição em sentido 'lógico' (quando se diz, por exemplo, que um enunciado A pressupõe B, pretendendo com isso que B é condição da possibilidade da verdade ou falsidade de A), pois não está em questão alguma relação entre enunciados;

⁹ Oferecida por Robert Brandom, John Haugeland e Mark Okrent, entre outros.

¹⁰ Esta é uma síntese muito grosseira da descrição apresentada por Brandom (1992, p. 47-52). Ver também Okrent, 1996, [38].

b) considerando o contexto não intencional em que estão introduzidas as noções de disponibilidade e ocupação com instrumentos, a pressuposição não deve ser tomada intencionalmente. Ou seja, não se trata de que a ocupação com instrumentos pressuponha uma *crença* acerca do que sejam tais objetos do ponto de vista de sua categoria ontológica;

c) a relação de pressuposição também não deve ser tomada epistemicamente, pois a pressuposição não está vinculando uma capacidade cognitiva ou representacional, e isto pelo simples fato de que não se está no contexto da representação ou descrição de objetos, mas sim de ocupação operacional com eles;

d) também não vigora aqui uma relação causal entre capacidades, no sentido de que a capacidade de comportar-se para com instrumentos fosse causada pela compreensão de ser do instrumento;

e) a pressuposição significa o estar de posse da capacidade de inserir-se em normas ou papéis discriminadores de padrões de ações recognitivas. É este traço, portanto, que deve ser detalhado.

Se a identidade de um instrumento é dada pela ação adequada com a qual se lida com ele, a qual, por sua vez, pertence a uma classe de ações instituída por um outro padrão de ação reativo-recognitiva, então a pressuposição da compreensão de ser tem o sentido de estar inserido no sistema de normas que discriminam tais padrões. Estar inserido em tais normas ou disposições quer dizer dominar estes padrões de ação, ser capaz de realizar instâncias específicas de uma classe de ações e, conseqüentemente, ser capaz de inserir-se em *diferentes* padrões de ação recognitivas.¹¹ Aqui a pressuposição tem vigência entre capacidades práticas, sendo que num polo temos instâncias específicas de ação e noutro polo temos o domínio de padrões ou disposições normativas de ação. Compreender o ser do ente instrumental significa projetar tais modelos normativos, e pressupor tal compreensão quer dizer encontrar-se já inserido no domínio destes padrões normatizados.¹²

Em razão das exigências da doutrina hierarquizada da ação e da compreensão, um último elemento fundamental deve ser acrescido. A projeção de ser que é pressuposta no lidar ocupacional com entes, entendida como o estar submetido ao domínio de padrões normativos de ação recognitiva, encontra-se estreitamente ligada à projeção de uma possibilidade existencial própria. Ou seja, projetar o ser dos entes com os quais há comportamento significa projetar o próprio modo de ser. A pressuposição da compreensão de ser que guia o comportamento ocupa-

¹¹ De acordo com isso, é a capacidade de agir com vistas a fins que permite atribuir estados intencionais, e não o contrário (Okrent, 1996).

¹² Uma outra feição desta interpretação poderia ser a seguinte: comportar-se com entes pressupõe compreender o seu ser; compreender ser é dispor de um critério de identificação e classificação de entes; dispor de um tal critério é agir de forma apropriada em face do ente; agir de forma apropriada é submeter-se a um padrão de ação reconhecido como tal por um padrão de ações recognitivas; submeter-se a tais padrões normativos é ser capaz de instanciar as performances de tais classes; *conseqüentemente*, pressupor a compreensão de ser é encontrar-se na condição de submetido a tais padrões de ação; *por fim*, encontrar-se submetido a tais padrões é projetar-se a si mesmo como capaz de submeter-se a padrões gerais, é projetar-se como capaz de agir segundo normas típicas de ações.

cional com os entes instrumentais quer dizer, então, projetar a si mesmo como um ente capaz de estar submetido a disposições gerais para ação, ou então, como alguém capaz de submeter-se a normas de ação que instituem padrões instanciáveis de ação, as quais funcionam como ações recognitivas instituidoras de identidade (Haugeland, 1992, p. 38-9).

4 A possibilidade da tematização

Retomando o ponto específico, o que se segue desta análise para a pressuposição e modificação da compreensão de ser que possibilitam o comportamento teórico? A gênese ontológica expôs dois passos fundamentais: objetificação e tematização. De que maneira encontra-se pressuposta aqui uma compreensão de ser, e qual o sentido de sua modificação?

A compreensão de ser pressuposta na tematização e objetificação determina os entes como objetos portadores de propriedades, independentemente dos propósitos e atividades humanas orientadas para fins. Se a tematização torna expressa a projeção de ser que institui o domínio de objetos, isto é possível porque o passo anterior, a objetificação, já lhe confere uma base ontológica mínima para explicitação, a saber: 1) a autonomização em relação aos contextos finalizados em que têm significação os entes disponíveis, e 2) a determinação segundo propriedades e relações objetivas. Neste sentido, a modificação na compreensão de ser, com a abstração da disponibilidade (*Zuhandenheit*) e a projeção da mera subsistência (*Vorhandenheit*), significa a adoção de um novo critério de regionalização ontológica. Trata-se agora de entender propriamente tal modificação.

Conservando a interpretação antes assumida do critério de regionalização ontológica, também aqui a identificação deve ser dada por uma resposta prática. Ou seja, a projeção do ente segundo o modo da *Vorhandenheit* deve ser o correlato de um padrão de ações normatizado. A modificação na compreensão de ser deveria ser entendida, então, como uma mudança no padrão de resposta recognitiva que é responsável pela identificação ontológica. De fato, a modificação comporta dois elementos diferenciadores. Em primeiro lugar, um ente meramente subsistente seria visto como um ente disponível perante o qual apenas *uma única* ação seria apropriada, e sendo esta, por sua vez, reconhecida apropriadamente por um *único* padrão de resposta social. Em segundo lugar, tal padrão de resposta seria o enunciar. Conseqüentemente, quando o único padrão recognitivo para estabelecer a adequação no lidar com um ente for o enunciar, então estamos diante de um ente meramente subsistente, um objeto (Brandom, 1992, p. 59).¹³

¹³ Esta definição coloca o problema acerca de se os entes subsistentes podem comparecer ou não nos contextos práticos humanos sem a mediação do enunciado, isto é, se haveria uma relevância direta ou indireta dos entes subsistentes no âmbito das ações humanas orientadas para fins e metas (Brandom, 1992, p. 61). O tratamento adequado do fenômeno do enunciado demandaria, por sua vez, a análise em detalhe da elaboração da compreensão em interpretação, em particular no que tange à deliberação e sua conexão com a linguagem (com a interpretação não apenas o ente instrumental está submetido às finalidades instrumentais, mas a própria finalidade específica do instrumento entra no jogo prático).

Na medida em que o asserir é o padrão de ação recognitiva que individua ontologicamente o ente disponível *como* subsistente, segue-se, portanto, que a modificação na compreensão de ser pressuposta no comportamento científico não representa a pura desmundanização (*Entweltlichung*)¹⁴ do instrumento. Ou seja, o movimento que parte dos entes disponíveis, individualizados por significações oriundas de práticas socialmente normatizadas e culmina nas coisas subsistentes, não é de descontextualização, mas de instituição de um novo contexto normatizado.

O ponto crucial aqui é a reconstrução da interpretação fenomenológica do enunciado. Na impossibilidade de desenvolver este tópico, apenas indicarei os elementos decisivos. O enunciado será tomado como um tipo especial de ente disponível, portanto, também inserido em contextos finalizados. Porém, considerado o nivelamento pelo qual passa a estrutura do *como hermenêutico*, o enunciado adquire uma peculiaridade especial (SZ, p. 158), sendo a sua finalidade determinada por sua tríplice estrutura (mostração, determinação e comunicação). A estrutura comunicante do enunciado significa tanto a autorização para uma reasserção, cuja determinação predicativa, por sua vez, significa uma autorização para o inferir. De outro lado, se o uso dos enunciados está guiado por um plano de autoridade e autorização, no tocante à produção deste verdadeiro tipo de instrumento abre-se um novo plano de responsabilizações. Ou seja, ao produzir enunciados não apenas se autoriza a outros reasserir-los e a inferir novos enunciados, mas se acata a responsabilidade por sua justificativa. O estar dispensado de oferecer justificativas para os próprios enunciados repousaria, conseqüentemente, na dimensão de autoridade e responsabilidade a que se liga o seu uso e produção (Brandom, 1992, pp. 56-59). Em resumo, o enunciado é um ente disponível em relação ao qual a resposta prática adequada é o inferir, e com o qual abre-se um novo contexto de ações, no qual a produção de enunciados, a reasserção, o pedir e o dar razões, devem ser vistos igualmente como casos especiais de ações humanas dirigidas a fins (Brandom, 1992, p. 57).

Assim concebendo o ente subsistente – como aquele tipo de ente em face do qual apenas um padrão de resposta recognitiva é apropriado, o asserir – também é possível mostrar como a modificação da compreensão de ser desvela a independência e autonomia das propriedades objetivas. Neste caso, a objetividade possível do ente subsistente consiste no fato de que a adequação do enunciado é indiferente em relação às metas que promovem as ações de quem está produzindo enunciados. Ou seja, a verdade do enunciado de que um objeto identificado cai sob certo conceito não está diretamente ligada à possível utilidade que tal objeto possa ter, ao aparecer como ente dotado de significação nas ocupações funcionais humanas. Este também é um ponto de leitura controverso, pois em que medida é possível falar de um isolamento completo do ente subsistente em relação às atividades intencionais do *Dasein*? Aqui temos um termo de oscilação, pois Heidegger permitiria uma tal leitura a partir de sua doutrina da “pura subsistência das coisas” (SZ, 211).¹⁵

¹⁴ SZ, 75, 149, 152, 161, 198.

¹⁵ Uma posição mais branda dependeria da aceitação das inferências práticas, isto é, que a prática enunciativa autorizaria não apenas inferências teóricas, mas inferências em que se passaria da asserção para a ação (Brandom, 1992, p. 61).

Por fim, de igual modo como na projeção da *Zuhandenheit* também a compreensão de ser no modo da *Vorhandenheit* deve remontar-se, em última instância, a uma projeção do próprio ser. Ou seja, se tematização e objetificação pressupõem a compreensão de ser da subsistência (*Vorhandenheit*), e isto quer dizer ser capaz de desenvolver o padrão de ação cognitivo adequado para o comportamento enunciativo, então é necessário que o *Dasein* projete a si próprio como capaz de submeter-se às normas definitórias da ação assertiva e das práticas inauguradas com o enunciar (seja no seu uso, seja na sua produção). Ora, considerando a autonomização em relação aos contextos instrumentais cotidianos, que é conferida ao ente subsistente pela prática enunciativa, torna-se necessário uma projeção de si como exclusivamente em função do (*umwillen*) descobrimento enunciativo. Trata-se de uma decisão no sentido de projetar-se a si mesmo como capaz de submeter-se às normas que regulam as práticas enunciativas que, por sua vez, descobrem e comunicam os objetos. Nos termos de Heidegger: acontece um “projetar-se em direção ao poder ser na ‘verdade’” (SZ, p. 363). A gênese ontológica do comportamento teórico exhibe no modo de ser autêntico do *Dasein* o fundamento da projeção de ser que torna possível a ciência. Ao projetar a si mesmo como capaz de desempenhar os papéis que as normas sociais discriminam para as práticas enunciativas e inferenciais, o *Dasein* deriva a compreensão de ser da *Zuhandenheit* para a da *Vorhandenheit*, abrindo com isso a possibilidade da tematização e da regionalização de domínios objetivos de discurso.

5 Conclusão

Para fins de conclusão registro três observações globais, indicando novos problemas no desenvolvimento desta análise.

Em primeiro lugar, a pressuposição da compreensão de ser presente na gênese do comportamento científico (objetificação e tematização) foi analisada em termos da relação entre capacidades práticas, ou melhor, entre a instanciação de práticas normatizadas e a capacidade de inserir-se em padrões ou papéis regulados socialmente. Neste sentido, tanto no comportamento operativo quanto no teórico trata-se de seguir padrões de ação, os quais representam respostas cognitivas a ações capazes de identificar entes. A modificação operada na derivação da *Vorhandenheit* a partir da *Zuhandenheit* diz respeito a uma mudança no padrão de resposta apropriada: é uma recontextualização (Brandom, 1992, p. 59). A continuidade desta análise faz entrar em cena a natureza social do *Dasein*, na medida em que é dela que brotam as práticas normatizadas que estruturam as significações. Uma especial atenção deverá ser colocada na reconstrução da impessoalidade, em termos de sua função constitutiva da significatividade. Se a ação identificadora de um instrumento deve ser tal que possa ser executada independentemente das propriedades singulares de cada um, na medida em que a normatização que o indivíduo institui um padrão, e se devemos nos projetar a nós mesmos como atuantes em práticas regulamentadas, então tais práticas e tais normas são interpessoais e impessoais (Mulhall, 1996, p. 73). Conseqüentemente, também se impõe um tratamento apropriado do modo de ser autêntico, o que requer a análise dos conceitos de *modo* e *modificação*, cujos elementos finais pertencem ao domínio da temporalidade originária.

Segundo, a reconstrução dos aspectos fundacionais do conceito existencial de ciência acaba por jogar luz no próprio empreendimento da ontologia fundamental. A qualificação de “existencial” para este tipo de abordagem significa precisamente o que Heidegger pretendia com o termo técnico “existência”, a saber, possível a partir da compreensão de ser. Ao buscar os elementos constitutivos da regionalização objetual que está na base do empreendimento científico a gênese ontológica incide densamente nos domínios da filosofia primeira. Isto é, se a ontologia em sentido clássico lida com critérios de identificação e individuação objetual, o problema do sentido do ser coloca-se num plano de segunda ordem, em que entra em questão a natureza mesma dos critérios de categorialização ontológica. Parte da resposta de *Ser e Tempo* é tributária de uma concepção não objetivista da autoridade criterial na ontologia. Este seria o sentido respeitável em que se poderia falar de pragmatismo em *Ser e Tempo* (Bramdom, 1992, p. 47).

Por fim, não é evidente que do modelo prático-social de discriminação ontológica esteja implicada uma concepção operacionalista da ciência, em que esta seria vista como instrumento para dominar as interrupções no universo ocupacional humano. Mesmo que se possa mostrar que o comportamento enunciativo tem sua gênese ontológica nas perturbações no sucesso das ocupações cotidianas, desencadeando o movimento de derivação da interpretação em enunciado, disto não se segue que a ciência e as teorias científicas sejam concebidas por Heidegger como instrumentos cognitivos para o domínio das perturbações na organização significacional do mundo prático (tal como pensa Gethmann, 1992, p. 195-6).¹⁶ De outro lado, aparentemente não há nenhuma necessidade no *factum* da tematização, isto é, que o *Dasein* seja um ente objetificador e tematizador, no sentido de projetar e modificar uma compreensão de ser em direção à dimensão da subsistência autônoma e independente dos fins práticos. No período de *Ser e Tempo* a resposta à pergunta sobre como é possível que o ente possa ser *objetivado* como algo que comparece no mundo estava alocada na “transcendência ekstática e horizontalmente fundada do mundo” (SZ, p. 366). Ora, é no conceito de transcendência que a gênese ontológica alcança seu limite, pois esta não pode mais ser descrita em termos estruturais, sendo conceitualizada, então, a partir da noção de jogo (GA 27, § 36). A construção fenomenológica não seria tanto a descrição reflexiva do jogo da transcendência, procurando indefinidamente clarificar as suas regras e formações, mas, antes disso, o filosofar teria o caráter de um deixar que a transcendência se forme a si mesma, permitindo que o jogo possa acontecer (GA 27, p. 395). E será na apresentação concreta da transcendência do *Dasein*, da qual resultará a determinação finita da compreensão de ser (e não apenas da existência e sua temporalidade), que deverá ser buscada a origem do tratamento ontológico da técnica.

¹⁶ A afirmação de que é o próprio ente que decide a verdade do conhecimento, presente na lição de inverno de 1928-1929, parece comprometer a posição heideggeriana com um tipo especial de realismo, o qual, por sua vez, não é incompatível com a tese de que o perguntar e o investigar teóricos devem ser tomados como ações e contraposições em relação aos entes (GA 27, p. 376-37).

Referências bibliográficas

- ALDERMAN, Harold. Heidegger's critique of science and technology. In: MURRAY, M. *Heidegger and modern philosophy*. New Haven and London: Yale University Press, 1978, p. 53-64.
- BALLARD, Edward G. Heidegger's view and evaluation of nature and natural science. In: SALLIS, J. *Heidegger and the path of thinking*. Pittsburg: Duquesne University Press, 1970, p. 37-64.
- BAST, Rainer A. *Der Wissenschaftsbegriff Martin Heideggers*. Stuttgart: Frommann-Holzboog, 1986.
- BRANDOM, Robert. Heideggers Categories in Being and Time. In: DREYFUS & HALL, H. *Heidegger: a critical reader*. Oxford: Blackwell, 1992, p. 45-64.
- DREYFUS, Hupert. *A Commentary on Heidegger's Being and Time, Division I*. Cambridge Massachusetts, The MIT Press, 1993.
- GETHMANN, Carl-Friedrich. *Verstehen und Auslegung*. Bonn: Bouvier Verlag, 1974.
- . Der existenziale Begriff der Wissenschaft. Zu Sein und Zeit, § 69b. In: GETHMANN, C. F. *Lebenswelt und Wissenschaft*. Bonn: Bouvier, 1991, p. 181-208.
- GRÜNDER, Karlfried. Martin Heideggers Wissenschaftskritik in ihren geschichtlichen Zusammenhängen. *Arch. f. Philos*, II: 313-335, 1962.
- GUIGNON, Charles. *Heidegger and the Problem of Knowledge*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1983.
- HARTMANN, Klaus. The logic of deficient and eminent modes in Heidegger. *Journal of the British Society for Phenomenology* (5), 1974, p. 118-134.
- HAUGELAND, John. Heidegger on being a person. *Noûs*, 1982, p. 15-26.
- . Dasein's Disclosedness. In: DREYFUS, H., HALL, H. *Heidegger: a critical reader*. Oxford: Blackwell, 1992, p. 45-64.
- HEIDEGGER, Martin. *Phänomenologie und Theologie*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1970.
- . *Sein und Zeit*. 17. ed. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1986.
- . Die Grundprobleme der Phänomenologie. 2. ed. In: *Gesamtausgabe 24* (Sommersemester 1927). Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1976.
- . Phänomenologische Interpretation von Kants Kritik der reinen Vernunft. 2. ed. In: *Gesamtausgabe 25* (Wintersemester 1927/28). Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1977.
- . Metaphysische Anfangsgründe der Logik. In: *Gesamtausgabe 26* (Sommersemester 1928). (Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1978).
- . Die Frage nach dem Ding. Zu Kants Lehre von den transzendentalen Grundsätzen. In: *Gesamtausgabe 41* (Wintersemester 1935/36). Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1984.
- . Einleitung in die Philosophie. In: *Gesamtausgabe 27* (Wintersemester 1928/29). Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1996.
- KISIEL, Theodore. On the dimensions of science in Husserl and the young Dr. Heidegger. *Journal of the British Society for Phenomenology* (4), 1973a, p. 217-234.
- . The mathematical and the hermeneutical: on Heidegger's notion of the apriori. In: BALLARD, E., SCOTT, C. *Martin Heidegger: in Europe and America*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1973b, p. 109-120.
- . Heidegger and the New Images of Science. In: MACANN, C. *Martin Heidegger. critical assessments*. London/New York: Routledge, 1992, v. 4, p. 325-341.
- LOPARIC, Zeljko. O fim da metafísica em Heidegger e Carnap. In: DE BONI, L. A. (org.) *Finitude e transcendência: Festschrift para Ernildo Stein*. Petrópolis/Porto Alegre: Vozes e Editora da PUCRS, 1996, p. 784-802.
- MULHALL, Stephen. *Heidegger and 'Being and Time'*. London: Routledge, 1996.
- OKRENT, Mark. Heidegger's Pragmatism. Understanding, Being, and the Critique of Metaphysics. Ithaca: Cornell University Press, 1988.
- . Why the Mind Isn't a Program (But Some Digital Computer Might Have a Mind). *EJAP*/1996. Spring.
- PUNTEL, Lorenz B. Metaphysikkritik bei Carnap und Heidegger: Analyse, Vergleich, Kritik. *Logos*, (4), 1997, p. 294-332.

- RICHARDSON, John. *Existential epistemology. A Heideggerian critique of cartesian project*. Oxford: Clarendon Press, 1986.
- RICHARDSON, William J. Heidegger's critique of science. *New Scholasticism*, (42) 1968, p. 511-536.
- SEIGFRIED, Hans. Descriptive Phenomenology and constructivism. *Philosophy and Phenomenological Research* 37, 1976, p. 248-261.
- . Heidegger's Longest Day: *Being and Time* and the Sciences. *Philosophy Today* (22), 1978, p. 319-331.
- TUGENDHAT, Ernst. Heideggers Seinsfrage. In: TUGENDHAT, Ernst. *Philosophische Aufsätze*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992, p. 108-135.